

# A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PROPOSTAS PELO GOVERNO MICHEL TEMER

## INTEGRAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE EDUCATIONAL POLICIES PROPOSED BY MICHEL TEMER'S GOVERNMENT

Francisco Fernandes Ladeira<sup>1</sup>  
Nucia Aparecida dos Santos Mendes<sup>2</sup>

### Resumo

Quando se debate sobre as medidas que podem ser tomadas para que o Brasil tenha um melhor sistema educacional, a temática “Educação Integral” surge como uma das propostas mais citadas pelos especialistas na área educacional. No entanto, parte das ações governamentais relacionadas à Educação Integral foca apenas em aspectos quantitativos, limitando-se à permanência dos alunos por um longo período nas escolas, não levando em considerações o pleno desenvolvimento do discente. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre a situação da Educação Integral diante das reformas educacionais propostas pelo governo interino de Michel Temer. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes concepções de Educação Integral, apresentamos alguns exemplos de práticas educativas e analisamos como as mudanças educacionais do governo Temer podem afetar o sistema educacional brasileiro, de maneira geral, e a Educação Integral, em particular.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Reformas educacionais. Aluno.

### Abstract

*Each individual has specific cognitive characteristics and has their own time to learn a certain content. In basic education, for example, many students have more affinities with disciplines related to the Human Sciences; others present greater ease to Exact Sciences or Biological Sciences. Some children already have physical and / or mental impairments that make school learning difficult. In this sense, in order to bring together students who need specialized educational services, the Special Schools were created in the middle of the 19th century. On the other hand, many authors advocate the end of special education and support the inclusion, without distinction, of all students in regular education. Thereby, the present work seeks to discuss positive and negative aspects present in the Special Schools and the policies of school inclusion. Differently from the manichean conceptions, which focus only on the permanence of students with special educational needs in educational establishments adapted to their characteristics or on the inclusion of these students in the so-called regular education; we consider that,*

---

1 Escola Estadual Adelaide Bias Fortes – EEABF; Escola Estadual Detetive Marco Antônio de Souza – EEDMAS. Mestre em Geografia Escolar – UFSJ. E-mail: ffernandesladeira@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduada em Magistério – UFMG.

*regarding the teaching-learning process, Special School and Regular School are not excluded, but complement each other.*

**Keywords:** *School inclusion. Special education. Regular education. Student.*

## INTRODUÇÃO

A temática “Educação Integral” tem sido no decorrer dos anos uma questão bastante presente em inúmeros debates realizados pelos mais vários setores de nossa sociedade. Por sua vez está contemplada nas reflexões de importantes pensadores como Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro; e, em projeto educacionais como a “Escola Parque”, os “Centros Integrados de Educação Pública” (CIEPs), os “Centros Integrados de Atendimento à Criança” (CIACs), os “Centros de Atenção Integral à Criança” (CAICs) e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC).

Presente no cenário brasileiro desde o começo do século XX, a “Educação Integral” vem ganhando cada vez mais importância no debate público nacional, principalmente no contexto de início de vigência da política educacional preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), onde consta na Lei n. 13.005/2014 como meta número 6, para que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014; EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, s/d).<sup>3</sup>

De maneira geral, a nomenclatura “Educação Integral” pode induzir a um grave equívoco interpretativo: considerar que, se o estudante permanece durante praticamente todo o dia na escola, ele terá acesso, automaticamente, a uma Educação Integral. Todavia, o conceito de “Educação Integral” é muito mais amplo do que porventura possa aparentar.

Segundo o Centro de Referência em Educação Integral, a Educação Integral parte do pressuposto de que o sistema educacional deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e

---

<sup>3</sup> De acordo com o Censo Escolar 2017, aproximadamente 8% dos alunos brasileiros estavam matriculados no ensino médio em tempo integral, isto é, tinham jornadas escolares diárias de sete horas em média (INEP, 2018).

comunidades locais. Portanto, a ideia de Educação Integral abrange questões que estão muito além do “tempo de permanência de um aluno na escola” (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, s/d).

Três pilares básicos sustentam a concepção de Educação Integral. O primeiro deles, conforme mencionado anteriormente, corresponde ao pleno desenvolvimento ontológico do ser humano, isto é, em todas as suas dimensões. Para ter um ambiente de educação integral, o aluno deve ser formado não só do ponto de vista intelectual, mas também no afetivo, no social e no físico. O segundo pilar da “Educação Integral” está presente na integração de tempos e espaços, com a inclusão de diversos atores no processo educativo. Consequentemente, a educação não deve ficar limitada ao espaço escolar e tampouco se apoiar exclusivamente no professor. A educação integral é, portanto, aquela em que os cidadãos se envolvem e compartilham saberes, dentro ou fora da escola. Já o terceiro pilar corresponde ao desenvolvimento das atividades em tempo integral.

No entanto, as reformas educacionais propostas pelo governo de Michel Temer (instalado em caráter interino no dia 12 de maio de 2016 e empossado definitivamente após a concretização do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto do mesmo ano) tendem a trazer profundas modificações no sistema educacional, o que inclui, evidentemente, a Educação Integral.

Nesse sentido, o presente trabalho faz algumas reflexões sobre a situação da Educação Integral diante das reformas educacionais propostas pelo governo Michel Temer. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes concepções de Educação Integral, apresentamos alguns exemplos de práticas educativas e analisamos como as mudanças educacionais do governo Temer podem afetar o sistema educacional brasileiro, de maneira geral, e a Educação Integral, em particular.

Devidamente cientes sobre todos os riscos de produzir uma análise sobre acontecimentos ainda em andamento, ou seja, no chamado “calor dos fatos”. Com este trabalho não pretendemos produzir respostas prontas ou conclusões definitivas sobre a temática analítica proposta. Também não concebemos nossas colocações como herméticas, acrílicas, completas ou absolutas.

No entanto, consideramos que, se determinadas questões – como a Reforma do Ensino Médio, o projeto “Escola Sem Período” e os congelamentos de gastos públicos em educação – não forem discutidas de imediato e, o que seria pior, forem implementados unilateralmente; as atuais e novas gerações de estudantes terão seus processos de escolarização seriamente comprometidos, o que poderá reverberar, consequentemente, no próprio desenvolvimento do Brasil enquanto nação.

## **ANALISANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Neste tópico serão apontadas algumas concepções sobre o conceito de Educação Integral presentes em documentos de órgãos governamentais e nas obras de importantes pensadores da educação brasileira. Para tanto, foram feitas revisões bibliográficas sobre a literatura especializada e as buscas virtuais através de sites de pesquisa como Google.

Segundo Maurício (2009), a “Educação Integral” é uma prática educacional que reconhece o indivíduo como um todo, isto é, em sua integralidade e não como um ser fragmentado entre corpo e intelecto. Esta integralidade constrói-se por meio de diversas linguagens em atividades e circunstâncias variadas, que abrangem o desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico e social.

Ainda nessa linha de raciocínio, Isa Guará (2006, p. 16) concebe a “Educação Integral” como uma modalidade de ensino que:

Traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem compreendido em sua totalidade. Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. Agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade.

Uma modalidade de ensino integral bastante difundida no Brasil é a chamada educação profissionalizante, realizada através de cursos técnicos integrados ao ensino médio, oferecida em Colégios Agrícolas, Institutos Federais (IFs) e em projetos como o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

De acordo com Cunha (2008, p. 109), o ensino integrado expressa uma concepção de formação humana calcada na integração de todas as dimensões da vida no processo

educativo, visando à formação *omnilateral* dos indivíduos<sup>4</sup>. Tais dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao próprio ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência entendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e, a cultura que representa os valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma determinada sociedade<sup>5</sup>.

Para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2016), “Educação Integral” pode ser definida como:

A opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde. Além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza. Aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos.

Durante o período de desenvolvimento deste trabalho, o MEC contava com dois programas de “Educação Integral”: o Mais Educação (direcionado ao ensino fundamental) e o Ensino Médio Inovador.

---

<sup>4</sup> O conceito de “omnilateralidade” é de grande importância para a reflexão em torno do problema da educação em Marx. Ele se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho e pela reificação e pelas relações burguesas estranhadas, enfim. Esse conceito não foi precisamente definido por Marx. Todavia, em sua obra há suficientes indicações para que seja compreendido como uma ruptura ampla e radical com o homem limitado da sociedade capitalista (SOUZA JUNIOR, s/d).

<sup>5</sup> Contudo, Ramos (2010) adverte que a formação integrada não deve ser tratada como mera integração dos currículos do ensino médio e do técnico, mas como obrigação ética e política que garanta que esta formação se dê sob uma base unitária de formação geral. Ela deve ser compreendida como uma solução transitória e possível (MOURA, 2007). Deve ser uma condição social e historicamente necessária para a travessia em direção à consolidação do ensino médio unitário com incorporação de elementos da educação politécnica (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; VIEIRA; VIEIRA, 2016).

Criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, o “Mais Educação” é uma estratégia do Ministério da Educação para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Já o chamado “Ensino Médio Inovador” (EMI) tem por objetivo apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico e flexível que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. Deste modo, visa promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, do aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e do desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Mais abrangente do que “Mais Educação” – que foca o seu escopo em apenas duas disciplinas (Matemática e Língua Portuguesa) – as ações propostas pelo EMI contemplam as diversas áreas do conhecimento, a partir do desenvolvimento de atividades em oito Campos de Integração Curriculares (CIC): I - Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática); II - Iniciação Científica e Pesquisa; III - Mundo do Trabalho; IV - Línguas Adicionais/Estrangeiras; V - Cultura Corporal; VI - Produção e Fruição das Artes; VII - Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital; VIII - Protagonismo Juvenil.

Desse modo, podemos perceber que as diferentes concepções sobre “Educação Integral” apresentam como principal ponto de convergência a ideia de fomentar-se uma formação escolar mais completa, buscando, assim, alcançar a aprendizagem em sua totalidade.

## **EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL**

De uma maneira geral, as experiências em “Educação Integral” no Brasil não foram bem-sucedidas. Alguns fatores contribuíram para esta realidade como foco apenas a permanência de alunos na escola, a falta de investimentos financeiros, de preparação adequada e boicote dos grandes meios de comunicação.

A primeira experiência efetiva da Educação Integral como política pública implementada no país foi protagonizada pelo renomado educador Anísio Teixeira, através de uma escola de tempo integral, o “Centro Educacional Carneiro Ribeiro”, inaugurado em 1950. Segundo Anísio Teixeira, a educação integral era um meio de chegar-se à formação completa da criança. Em sua concepção de escola, o educador enfatizava:

Haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois

turnos, para cada criança. [...] no primeiro turno a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo, receberá em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis. (TEIXEIRA, 1997, p. 243)

Nas décadas de 1980 e 1990, outro importante intelectual brasileiro, o antropólogo Darcy Ribeiro esteve à frente de um projeto de “Educação Integral”: os chamados Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), implantados nos governos de Leonel Brizola (PDT), no estado do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1980 e 1990.

Para a concretização dos CIEPs (1983-1986/1991-1994), Ribeiro (1986) recorreu às ideias liberais de Teixeira e à literatura sociológica para corroborar a defesa da escola em tempo integral como eixo de uma experiência política mais justa, democrática e humana.

O antropólogo reconhecia as dificuldades do Brasil em incorporar os setores populares na agenda de benefícios sociais. Diante disso, ele defendeu aqueles ideais de Teixeira e colocou na escola pública de tempo integral a expectativa positiva de alterar a tradição elitista e ampliar o alcance do bem-estar a um número mais expressivo de receptores.

Darcy Ribeiro estava convencido de que a escola pública brasileira ainda não podia ser chamada de pública. Elitista e seletiva, ela não estava preparada para receber quem não tivesse acesso aos bens materiais e simbólicos que contam e interferem diretamente no desempenho. Exigia da criança pobre o rendimento da criança abastada. Remava na direção contrária à de sua clientela principal. (BOMENY, 2009, p. 115)

Outras experiências de escola pública de tempo integral nos moldes dos CIEPs ocorreram no século XX. Na década de 1990, temos os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs) e/ou os Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs), experiências realizadas em áreas metropolitanas do território nacional. Na mesma época, no Estado de São Paulo, desenvolveu-se também o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC – 1988), que fornecia, por meio de convênio, recursos e financiamento às prefeituras para apoiar experiências de ampliação do tempo escolar.

Todavia, essas políticas públicas que se configuraram como programas educacionais não vingaram de forma consistente e duradoura, assim como as escolas-classe e escolas-parque de Anísio Teixeira (CAVALIERE, 2007; COELHO, 2009; MAURÍCIO, 2009; PESTANA, 2014).

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO TEMER**

Conforme já mencionado na introdução deste trabalho, Michel Temer assumiu a presidência da República em caráter interino no dia 12 de maio de 2016 e foi empossado

definitivamente após a concretização do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto do mesmo ano.

Em seu breve mandato, Temer colocou em prática medidas que estavam em desacordo com o projeto de país presente no programa de campanha da chapa vitoriosa na campanha presidencial de 2014, formada pelo próprio Michel Temer e Dilma Rousseff. Não obstante, o seu governo foi bastante semelhante à agenda neoliberal proposta pela chapa que fora derrotada no segundo turno do pleito de 2014, composta por Aécio Neves e Aloísio Nunes.

As políticas educacionais propostas pelo governo Temer previam o aumento da carga horária para cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que, até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas na educação básica (incluindo os ensinos infantil, fundamental e médio) estejam no ensino de tempo integral. Com esse objetivo, foram liberados 406 milhões de reais para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), com a finalidade de ampliar de 516 escolas da modalidade financiadas pelo MEC, em 2017, para 967 em 2018.

Para Ladeira e Leão (2018), as propostas de mudanças educacionais, como o projeto intitulado “Escola Sem Partido” e o “Novo Ensino Médio”, ao eliminarem as discussões políticas em sala de aula (sob o pretexto de uma suposta neutralidade ideológica), sobretudo nas aulas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia; e excluírem algumas disciplinas da matriz curricular obrigatória Química, Física e Biologia (a partir do argumento de uma pretensa autonomia discente em relação ao conteúdo estudado) que tendem a comprometer tanto a formação de cidadãos críticos quanto o acesso dos alunos a conhecimentos produzidos em importantes campos científicos.

Já a Reforma da Educação Profissional, especificamente tratando dos desdobramentos da Lei nº 13.415/2017 para o Ensino Médio Integrado, está pautada “num paradigma tecnicista de educação, em que o ensino está fundamentalmente, a serviço das necessidades econômicas e às exigências do setor produtivo” (LEMOS *et al.*, 2016, p. 457).

Em relação ao fracasso da educação tecnicista no Brasil, Silva (2001, p. 33-34) afirma:

A pedagogia tecnicista surge no Brasil na década de 1960 no bojo do período desenvolvimentista, momento em que busca pela qualificação de mão de obra com vistas ao aumento da produtividade que se acentua, sendo atribuída à educação de baixa qualidade, com altos índices de evasão e repetência a responsabilidade pela inexistência de trabalhadores qualificados para assumir as funções requeridas pelo mercado de trabalho. [...] Esses elementos levam a educação a absorver a ideologia empresarial fundamentada no controle produtivo com base nas ideias de Frederick W. Taylor, tendo em vista a necessidade de impedir que as contradições geradas pelo capitalismo inviabilizassem seu desenvolvimento. [...] Sempre, ao final do processo, há a ênfase no produto acabado, desconsiderando a educação como processo.

Já sobre os impactos negativos do Novo Ensino Médio no Ensino Médio Integrado, Lemos *et al.* (2016, p. 456-457) enfatizam:

A Reforma do Ensino Médio [...] traz à tona as concepções políticas conservadoras/liberais do “novo governo” e aponta para um tratamento de descaso para com a Educação Profissional, especificamente no que se refere ao Ensino Médio Integrado (EMI). Um reflexo do momento histórico, político e econômico, representando os interesses presentes em distintos para a educação nacional. [...] a política reducionista da formação básica, em relação ao tempo curricular e a não obrigatoriedade de oferta de áreas do conhecimento em todos os anos do Ensino Médio, terá desdobramentos imediatos para a Educação Básica e para a Educação Profissional.

Em suma, as políticas educacionais alavancadas pelo governo Temer se mostram equivocadas tanto no tocante aos conteúdos, conforme o já frisado; quanto em relação aos valores investidos, pois, “para a implementação de uma política de oferta de tempo integral estruturada, isto é, que leve em consideração tanto a ampliação de matrículas quanto a qualidade do ensino, seria necessário no mínimo 1 bilhão de reais” e não somente os 406 milhões de reais para o Programa de Fomento às EMTI (CARA, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se debate sobre as medidas que podem ser tomadas para que o Brasil tenha um melhor sistema educacional, a temática “Educação Integral” surge como uma das propostas mais citadas pelos especialistas na área educacional. No entanto, boa parte das ações governamentais relacionadas à Educação Integral foca apenas em aspectos quantitativos, limitando-se à permanência dos alunos por um longo período nas escolas, não levando em considerações o pleno desenvolvimento do discente.

Desse modo, concordamos com Cara (2018) que as políticas educacionais não devem se preocupar somente com a ocupação dos jovens, mas com a formação integral deles, assim como determina a Constituição Federal de 1988.

Conforme já apontaram inúmeros estudos como Cavaliere (2007), Coelho (1997) e Libâneo e Freitas (2008), é preciso estar atento para o fato de que o aumento do tempo escolar por si só não contribui necessariamente para que os alunos aprendam ou que haja elevação na qualidade do ensino. Tampouco garante que as atividades escolares sejam diversificadas, ampliando as oportunidades educativas para outros tipos de conhecimentos culturais e científicos.

Também não basta que os docentes da Educação Integral trabalhem em várias escolas ou em outros empregos. Eles devem ser contratados em regime de dedicação exclusiva, em

uma única instituição, pois somente assim a escola de tempo integral poderá caminhar para um ensino de melhor qualidade (LIBÂNEO; FREITAS, 2018).

## REFERÊNCIAS

- BOMENY, H. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- CARA, D. In: MATUOKA, Ingrid. Sob justificativas equivocadas, governo Temer anuncia investimento no Ensino Médio integral. *Centro de Referência em Educação Integral*. 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/sob-justificativas-equivocadas-governo-temer-anuncia-investimento-no-ensino-medio-integral/>>. Acesso em 9 abr. 2020.
- CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. *O que é educação integral?*. s/d. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/conceito/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- COELHO, L. M. C. C. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, A.; MOLL, J. *Para além do fracasso escolar*. Campinas, Papirus, 1997. p. 191-208.
- \_\_\_\_\_. (Org.). História(s) da educação integral em tempo integral. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.
- CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Unesp, 2008.
- EDUCAÇÃO & PARTICIPAÇÃO. Educação integral: um conceito em busca de novos sentidos. *Temáticas da Educação Integral*. Disponível em: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/tematica/educacao-integral-um-conceito-em-busca-de-novos-sentidos/>>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GUARÁ, I. M. F. R. É imprescindível educar integralmente. *Cadernos CENPEC*, São Paulo, v. 2, p. 7-167, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Inep/MEC divulga Censo Escolar 2017. *Ministério da Educação*. Brasília, 30 de janeiro de 2018. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-mec-divulga-censo-escolar-2017/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-mec-divulga-censo-escolar-2017/21206)>. Acesso em: 2 mai. 2020.
- LADEIRA, F. F.; LEÃO, V. P. *A influência dos discursos geopolíticos da mídia no ensino de Geografia: práticas pedagógicas e imaginários discentes*. Curitiba: CRV, 2018.
- LEMONS, L. H. G. *et al.* A reforma do ensino médio integrado a partir da Lei 13.415/2017: Nova lei - velhos interesses - um recorte histórico a partir do Decreto 2.208/97 aos dias atuais. In: *Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios*. Anais...Brasília (DF) Instituto Federal de Brasília, 2017.
- LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. (Org.). *Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.
- MAURICIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis, RJ: DP *et alli*, p. 53-68, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Integral*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br/>>. Acesso em: 1º mai. 2020.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional: dualidade histórica e perspectiva de integração. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 30, Caxambu, 2007. Anais... Caxambu: ANPED, 2007.

PESTANA, S. F. P. Afinal, o que é Educação Integral? *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/viewFile/1713/1562>>. Acesso em 2 mai. 2020.

RAMOS, M. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In: MOLL, J. (org). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOUZA JUNIOR, J. Omnilateralidade. Verbetes. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, E. F. A aula no contexto histórico. *In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas, SP: Papyrus, p. 15-42, 2008.

TEIXEIRA, A. S. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M. Formação integrada do ensino médio com a educação profissional: o que dizem as pesquisas. *Revista Thema*, v. 13, p. 79-92, 2016.